

# DEMOCRACIA VIVA

38

MARÇO 2008



# Jovens, direitos e superação da desigualdade

A pesquisa Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis, realizada por Ibase e Pólis em 2007, põe atenção em um foco diferente do usual quando se busca investigar o sentido político da participação dos(as) jovens: nas demandas em torno das quais jovens têm se mobilizado, assim como seu modo de formulação e expressão pública. A perspectiva é a de buscar compreender se, e de que modo, essa atuação juvenil tem incidido (ou pode incidir) na construção de uma plataforma de direitos e na luta para a superação da desigualdade social, assim como perscrutar possibilidades de articulações que aprofundem os sentidos da democracia em disputa no âmbito dos países que compõem o Mercosul.

No Brasil, essa questão tem um significado específico, uma vez que o tema da juventude apareceu posteriormente ao momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, corporificado no processo da Constituinte, no fim da década de 1980. E, pelo modo como se desenvolveu nos últimos 15 anos, ficou

# N A I

mais centrado sobre os modos de resgatar os(as) jovens das situações de risco e vulnerabilidade em que se viram crescentemente envolvidos, e sobre as possibilidades e entraves para a sua participação, por outro lado, do que sobre as suas necessidades e direitos.

Que papel pode ter, portanto, a recente postulação dos(as) jovens como sujeitos de direitos, a execução de políticas públicas de juventude e a configuração de espaços de participação na definição e gestão dessas políticas, em uma conjuntura de disputa entre o projeto político democratizante e participativo forjado naqueles anos e o projeto neoliberal, que se processa nas próprias arenas que resultaram do esforço pela reinvenção democrática?<sup>1</sup>

Neste contexto em que é difícil manter a garantia de direitos já conquistados, há uma dificuldade adicional dos grupos juvenis e suas demandas para se legitimarem, uma vez que apresentam questões que não fazem inteiramente parte do repertório dos movimentos sociais, com símbolos e referências muitas vezes suspeitas a esse imaginário (uma vez que fazem referência a dimensões do consumo, da diversão, a ênfase na imagem), ou que desequilibram certas noções estabelecidas a respeito do que parece essencial à vida juvenil.

Com questões como essas no horizonte de nossas preocupações, investigamos, no Brasil, seis situações (leia na pág. 12) que nos parecem significativas para aprofundar o olhar sobre as demandas juvenis e sobre as interrogações que elas têm lançado à configuração da luta por equidade e justiça social no nosso país:<sup>2</sup>

## Pistas para debate

Evidentemente, não há espaço neste breve artigo para o desenvolvimento dos instigantes achados que cada um dos estudos dessas situações propiciou nem para as reflexões que eles suscitaram. É possível, apenas, esboçar algumas linhas de interpretação que podem fornecer pistas para o debate.

Uma delas é a de que faz sentido reconhecer, para além das medições quantitativas sobre o grau de participação da população juvenil, a existência de atores juvenis nos espaços públicos e em arenas de luta política, expressando questões relativas a sua condição de jovens singulares desta conjuntura histórica. Embora cada um dos atores envolvidos nas situações estudadas carregue várias identidades, acionadas diferentemente de acordo com as interlocuções em jogo, é possível dizer que a

**1** Ver Evelina Dagnino, 2004. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Matos (coord) Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela.

**2** Cada uma dessas situações foi estudada por uma equipe diferente: a coordenação dos seis estudos ficou a cargo do Polis, consolidada num relatório nacional, de minha autoria. Cada estudo gerou um relatório singular, disponível em arquivo eletrônico <www.ibase.br>: A Revolta do Buzu: manifestações de estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa do ônibus (de Júlia Ribeiro de Oliveira e Ana Paula Carvalho); Demandas de jovens no mundo do trabalho urbano: jovens, sindicato e trabalho no setor de telemarketing (de Maria Carla Corrochano e Érica Nascimento); Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão (de José Roberto Pereira Novaes); A Família do Morro do Bom Jesus (de Rosilene Alvim e Adjair Alves); Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (de Ana Karina Brenner); Acampamento Intercontinental da Juventude: experiência de uma nova geração política (de Nilton Bueno Fischer, Ana Maria dos Santos Corrêa e Márcio Amaral).

FLAVIO CONDE



identidade juvenil assume significação política para a maior parte deles, e é a partir dessa identidade que eles têm ocupado certos espaços públicos. Muitas vezes, suas demandas vêm expressas por meio da exposição pública dessa identidade, na luta por romper invisibilidades a que parecem condenados ou por reverter a negatividade com a qual são vistos.

Suas demandas estão vinculadas a diferentes dimensões de suas vidas e expectativas e dizem respeito, em grande medida, a exigências de inclusão social e à reversão de formas muito pungentes de discriminação e criminalização. Trazem, assim, outros conteúdos,

ou inflexões, à pauta de demandas já constituintes da agenda dos movimentos sociais, uma vez que traduzem outros modos pelos quais carências são sentidas e desigualdades são vividas.

Podemos ver, nas manifestações dos grupos estudados, que são várias as demandas, muitas vezes imbricadas umas nas outras, para as quais se cobra resolução, confirmando a exigência – que faz parte do debate corrente –, de que não se pode reduzir a questão da juventude a um ângulo ou necessidade à qual se subordinam as outras, de que não há apenas a postulação de *um direito* que possa

## Situações-tipo brasileiras

### 1. *Revolta do Buzu*

Mobilização de estudantes de Salvador, na Bahia, contra o aumento da tarifa do ônibus, em agosto de 2003. Protagonizada, principalmente, por estudantes secundaristas, surpreendeu pela amplitude e vigor com que foi sustentada, chegando a manter cerca de 20 mil estudantes mobilizados, por cerca de 20 dias, em assembleias e manifestações públicas – principalmente em concentrações e passeatas que paralisaram as vias principais de circulação da cidade. Vários atores estudantis estiveram envolvidos na mobilização: grêmios das escolas locais, grupos alternativos de inspiração anarquista, entidades gerais de caráter regional e nacional (UNE, UBES etc.), grupos ligados a juventudes partidárias.

Essa manifestação se insere num conjunto de outras semelhantes, ocorridas antes e depois desse acontecimento, em diversas cidades brasileiras, revelando uma forte disposição de mobilização dos(as) jovens em torno da demanda do direito à circulação. Compreendida, em primeira instância, como uma demanda associada ao direito à educação, revela também uma série de dimensões de uso da cidade às quais os jovens reivindicam acesso: direito à cultura, ao lazer, ao trabalho – em última instância, direito à cidade. Em alguns lugares, assumem a configuração de luta pelo passe livre.

### 2. *Migração sazonal de jovens para o corte manual da cana*

São jovens pertencentes a famílias de agricultores pobres do Nordeste, onde as oportunidades de trabalho são escassas, e que migram, a cada ano, para o interior de São Paulo, região de expansão da indústria sucroalcooleira, buscando uma oportunidade concreta de obter renda para si e para assegurar a sobrevivência da sua família na agricultura em seus locais de origem.

O corte manual da cana é um trabalho duro e extremamente desgastante – o padrão atual de produtividade das usinas impõe a cada trabalhador o corte de, pelo menos, 10 toneladas de cana por dia. Para cumprir a meta, o corpo precisa de resistência física, daí a necessidade de trabalhadores jovens nos canaviais. O ritmo de trabalho é muito intenso, os(as) trabalhadores(as) ficam no limite da sua capacidade física, os problemas da saúde – pelo excesso de trabalho – se agravam, e não são raras as ocorrências de acidentes fatais.

As demandas principais dizem respeito às condições de trabalho e se configuram também no desejo de um trabalho melhor; mas também adicionadas por demandas de educação e de recursos para a agricultura familiar. Embora a presença dos jovens nessa situação seja crescente, é quase ausente sua visibilidade política. Os atores que representam esses trabalhadores(as), os Sindicatos de Empregados Rurais e a Pastoral dos Migrantes, não

desenvolvem nenhum tipo de trabalho diferenciado com esse segmento nem, por outro lado, suas demandas têm sido arroladas junto a de outros segmentos juvenis.

### 3. *Família MBJ (do Morro do Bom Jesus)*

Surgiu no início dos anos 2000 como uma espécie de comissão coordenadora de cerca de uma dúzia de grupos de hip hop de um bairro pobre da cidade de Caruaru, no interior de Pernambuco. Sua demanda principal, assim como a de centenas de outros grupos de hip hop no Brasil, é a de inclusão e reconhecimento social, buscando, fundamentalmente, a superação da discriminação e exclusão por serem jovens pobres, negros(as), moradores(as) de regiões periféricas. Essa demanda congrega várias outras, como uma educação mais inclusiva e de qualidade, acesso a um trabalho digno, condições para a sua expressão cultural, a possibilidade de construção de uma perspectiva de vida que não seja minada pela violência (criminal e policial). Entre as atuações desse grupo encontram-se a reivindicação e conquista de equipamentos em seu bairro, como a recuperação de uma escola abandonada, a destinação de um espaço para suas atividades culturais e cursos profissionalizantes.

### 4. *Setor de telemarketing*

Este tem representado um nicho de mercado de trabalho para os(as) jovens, principalmente para aqueles(as) oriundos(as)

condensar a questão da juventude. Nesse sentido, ganha relevância, por exemplo, a questão da cultura e da diversão, que emergem, para certos grupos, como direito essencial, raras vezes assinalado por outros atores.

### *Demanda por circulação*

O exame mais atento da expressão das questões juvenis permite perceber a qualificação de certas demandas que, se apresentadas de modo genérico, podem dar a impressão de já atendidas ou de encontrar uma formulação consensualmente estabelecida. É o caso da

educação que, importante para todos os atores juvenis, expressa-se com distintas configurações, referindo-se principalmente ao aumento da escolaridade, à possibilidade de acesso e permanência na escola, e à sua qualidade; mas que, dependendo do segmento, assume uma formulação específica. Para muitos jovens, configura uma demanda pela criação de alternativas de conciliação entre trabalho e escola (muito fortemente percebida entre jovens do telemarketing); formulação que, no caso dos jovens cortadores de cana, para se concretizar, exige uma resposta que combine a alternância da safra à alternância da migração sazonal.

das famílias de baixa renda e que logram concluir o ensino médio. Para os empregadores, a preferência por esses e essas jovens está vinculada à “facilidade de adequá-los às condições de trabalho” (teriam maior capacidade de assimilar o treinamento básico necessário e de “suportar as pressões para o cumprimento de metas de atendimento”).

Tal situação evidencia a demanda por trabalho, muito forte entre extensos segmentos da juventude brasileira. As duras condições de trabalho (ritmo intensivo, stress muito alto, assédio moral, baixos salários), porém, engendram lutas sindicais específicas e abrem a discussão sobre a qualidade do trabalho e a demanda por um trabalho decente, ainda pouco desenvolvida no campo de debate sobre a juventude.

Há em São Paulo dois sindicatos que disputam a representação da categoria, e um deles – o Sinratel – estrutura sua atuação em torno da identidade juvenil da categoria, e tem como principal eixo a luta contra a precarização do trabalho em telemarketing. Sua pauta pública inclui a demanda de geração de primeiro emprego, a luta pela regulamentação do estágio, a proteção à saúde e contra o assédio moral e sexual; a redução da jornada e a elevação do piso salarial. Contudo, é necessário registrar que a postulação do trabalho como um direito dos(as) jovens, mesmo no meio sindical,

ainda está em um processo de disputa e formatação.

### **5. Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro**

Estruturou-se no início do ano 2000 com a perspectiva de congregar ativistas e jovens atendidos(as) por organizações da sociedade civil (principalmente ONGs, mas também entidades ligadas a movimentos sociais) para buscar interferir no debate sobre juventude e na formulação das políticas voltadas para jovens.

Tem como principal mote a discussão sobre as políticas públicas para a juventude (PPJ) e a participação dos(as) jovens em espaços de definição e elaboração dessas políticas, e representa um esforço de buscar maiores convergências entre as PPJ e as necessidades e demandas dos jovens em situação de exclusão. Na formação atual, congrega cerca de 10 entidades com presença mais permanente, além de um número não preciso de colaboradores eventuais. Realiza periódica e itinerantemente pelos bairros Encontros de Galeras, para discutir com jovens suas demandas e certos temas em pauta, por exemplo, a situação da educação pública e a violência policial.

### **6. Acampamento Intercontinental da Juventude**

Foi um espaço organizado por jovens durante a realização das edições do Fórum

Social Mundial em Porto Alegre. Em primeira instância, proposto como um modo de garantir e ampliar a participação dos(as) jovens, caracterizou-se, na sua realização e posterior proposição, como um território de convergência de práticas e experiências dos mais diversos grupos e movimentos juvenis com múltiplas bandeiras na direção de “um outro mundo possível”.

Surpreendeu pela sua capacidade de convocação (reunindo de 2 mil jovens na primeira edição, em 2001, a 35 mil na quinta edição, em 2005) e seu vigor utópico, ensejando o desenvolvimento de uma série de proposições, experimentadas na prática, tais como a democracia direta, a gestão ambiental sustentável, a economia solidária, a autogestão.

O COA (Comitê Organizador do Acampamento), formado por cerca de uma dezena de jovens, acabou por se constituir como um grupo que buscava aprofundar esses eixos na experiência do acampamento. Este acontecimento nos revela como, ao contrário de certas percepções correntes, os atores juvenis, ou pelo menos boa parte deles, formula vínculos profundos entre as bandeiras concretas, de resolução imediata, e a busca mais geral de transformação. Por outro lado, revela também que esta busca de transformação contém diferenças de sentido, que resultam, às vezes, em fortes disputas a respeito dos modos de fazer política.

Este é um dos temas em que a capacidade de consideração das diferenças e desigualdades para a concretização universal de um direito essencial parece mais necessária.

Por outro lado, os reclamos e as demandas que os(as) jovens têm apresentado com relação ao trabalho (e a sua falta) expressam experiências de exploração e injustiças que podem iluminar o alcance profundo das regressões desencadeadas pelo avanço do neoliberalismo: nos casos que estudamos, fica evidente que a possibilidade de absorção dos(as) jovens pelo mercado se fundamenta na superexploração do vigor de sua força física e mental, na sua capacitação para suportar as novas normas de trabalho, revelando os sentidos que termos como *produtividade* e *competitividade* podem adquirir nesse contexto. Por isto mesmo, os reclamos expressos por esses e essas jovens podem agregar conteúdos às lutas sociais, podem ajudar a dar contorno à definição de direitos e afirmar a justeza de sua afirmação.

No entanto, é preciso dizer que nem todas as demandas apresentadas pelos jovens encontram igual ressonância. Apenas algumas delas são legitimadas enquanto outras permanecem inauditas ou desqualificadas, tanto por parte de gestores do Estado como por parte de outros atores da sociedade civil. Significa que não encontram respostas em termos de políticas públicas e nem mesmo logram ser incorporadas a pautas de fóruns mais amplos. Assim, por exemplo, se educação é uma bandeira universalmente reconhecida, aparecendo mesmo como o direito mais legítimo referido aos jovens, e ensejando um investimento significativo não só de políticas públicas como de ações as mais variadas na sociedade civil, o direito ao trabalho, e ao trabalho decente, é o que encontra maiores resistências, silêncios e divergências. Se as demandas dos jovens fossem levadas seriamente em consideração, por exemplo, seria maior o peso dado às respostas relativas às suas condições de trabalho e dos seus direitos trabalhistas.

É curioso perceber que, paradoxalmente, uma das demandas que parece ter sido mais legitimada é aquela por participação, que tem centralizado a atuação de muitos atores juvenis. Têm sido abertos espaços de participação para jovens em uma série de instâncias gerais (cadeiras ou seções em entidades e estruturas da sociedade civil, como centrais sindicais, ONGs, fóruns de movimentos sociais etc., assim como metodologias específicas para impulsionar a sua participação nestas instâncias). Têm sido

criados órgãos de gestão para dar respostas de políticas públicas específicas para jovens (secretarias, assessorias, coordenadorias, nos âmbitos municipal, estadual e federal), assim como canais institucionais para incorporar a participação juvenil nesta gestão (conselhos, fóruns, conferências).

Essa abertura, porém, contém limites que permitem questionar o alcance e o sentido da participação. Embora seja ainda cedo para fazer avaliações conclusivas, pois todo o processo é muito recente, pode-se dizer que há uma tendência, tanto no plano governamental como no da sociedade civil, a incorporar mais a participação colaborativa (na execução das políticas governamentais, ou nos projetos das ONGs) do que a participação na definição das demandas que devem ser respondidas.

Na verdade, de modo geral, é possível pensar que há mais facilidade para incorporar a *participação* dos jovens do que as *demandas* que eles e elas apresentam. É importante também notar que muitos atores juvenis acabam, de certo modo, por se bastar nessa chave da participação, esquecendo, uma vez conquistado o espaço, de "dizer a que veio", de insistir na explicitação e incorporação de sua demanda e na cobrança da formulação de respostas. Uma pista nesse sentido é a de que as principais disputas e clivagens que se observam entre os atores juvenis no interior dos espaços públicos recém-constituídos acontecem muito mais em torno dos estilos de participação e modos de fazer política, em torno de como se faz a ocupação do poder e a disputa por espaço, do que em relação ao conteúdo das demandas e propostas de políticas.

## Possibilidades e entraves

Em resumo, para esboçar uma resposta às perguntas apresentadas no início do artigo, pode-se dizer que as questões levantadas pelos(as) jovens podem, sim, enriquecer a pauta de direitos, visto que têm aparecido como novas alteridades políticas, apresentando novas problematizações de questões, agregando conteúdos, revertendo outros, re-interpretando o sentido da inclusão social, e lançando novas formulações sobre as exigências de equidade.

Mas essa potencialidade se anuncia apenas como possibilidade, ainda sob a forma de interrogação, uma vez que pudemos observar que apenas parte de suas questões acaba sendo, efetivamente, incorporada à pauta



\* **Helena Wendel Abramo**

Socióloga,  
coordenadora da  
pesquisa no Brasil

política mais geral e que existem ainda grandes entraves para o processamento de um diálogo mais consistente em torno delas.

Nesse sentido, é possível dizer que a constituição de um campo de políticas públicas para a juventude (com a instituição de ações, programas, organismos gestores e canais de interlocução públicos especificamente construídos para a formulação e execução destas ações) pode representar um fator positivo neste processo: menos porque se esteja respondendo de fato às demandas na forma de políticas que garantam o cumprimento dos direitos (dimensão em que ainda há muito por avançar), mas porque ajudam a criar as possibilidades de nomeação pública das necessidades e a instituir a cobrança dos direitos.

Este debate público, por mais problemas que enfrente, representa a possibilidade de ultrapassar o modo pelo qual o tema se

constituiu no Brasil (a perspectiva do atendimento pontual e emergencial no atendimento das carências vinculadas ao risco, que caracterizou a ação das entidades da sociedade civil, na urgência de produzir respostas possíveis) para instalar o “reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação das políticas que afetam a vida de todos”.<sup>3</sup> Possibilidade que não está assegurada. Depende de que, nos espaços em que se debatem e definem as políticas, possa-se configurar a noção dos direitos que devem ser garantidos por meio de políticas públicas universais; que o debate sobre as demandas se aprofunde; que os atores juvenis que participam desses espaços não esqueçam os reclamos das mobilizações que os instituíram como sujeitos políticos; que os gestores e outros atores da sociedade civil se abram para uma interlocução que não desqualifique suas demandas de antemão. ■

<sup>3</sup> Telles, Vera. 1999. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, Editora UFMG, p.163.